



# Uma política, 16 Planos para Adaptação

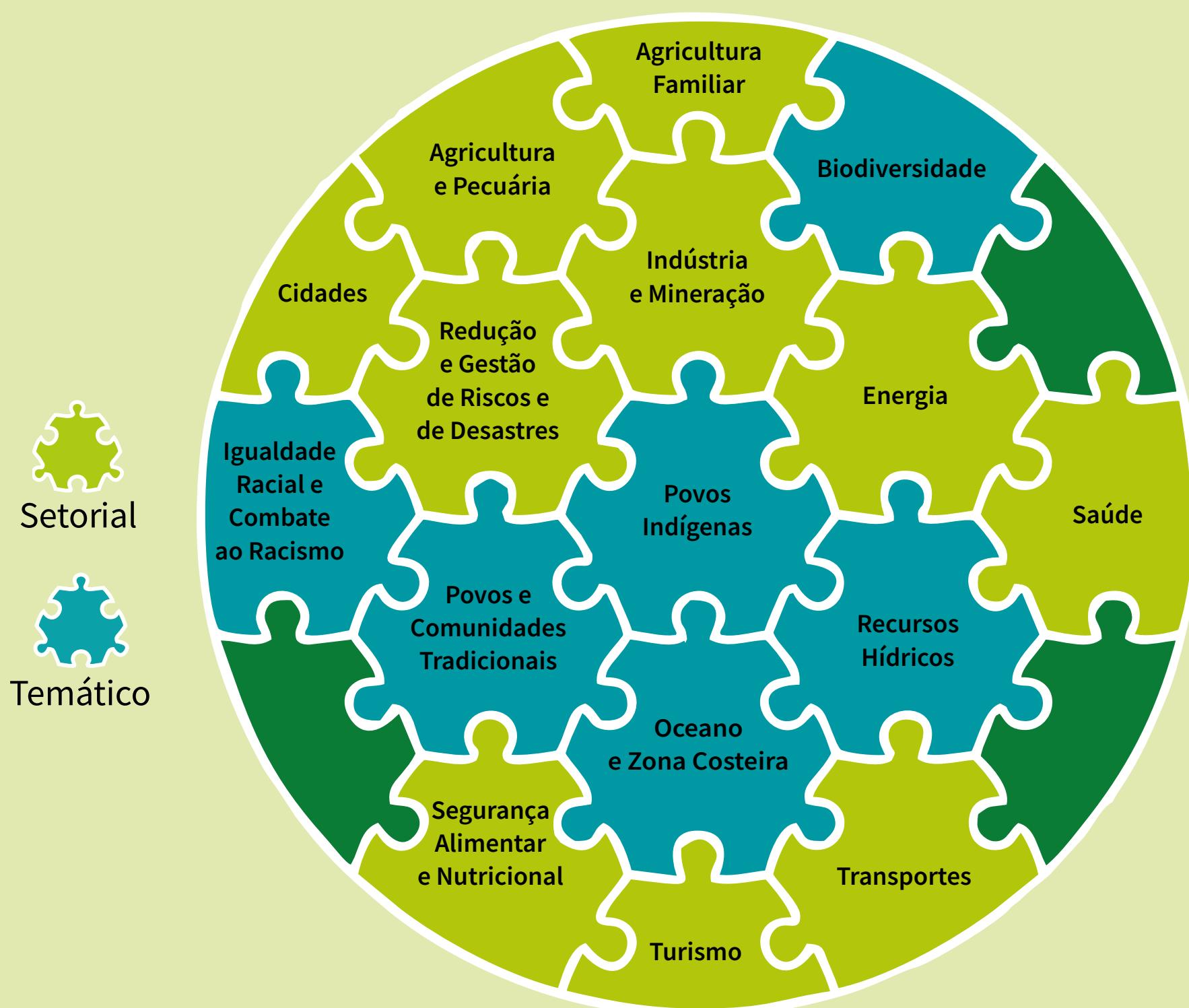


# PLANO CLIMA

## Adaptação



O Plano Clima propõe uma agenda concreta para a adaptação em setores e temas estratégicos. Um convite à ação para transformar compromissos em resultados tangíveis para pessoas e territórios mais vulneráveis, tendo como alicerce um planejamento robusto para enfrentar a crise climática.





O Governo Federal apresenta o **Plano Clima Adaptação**, composto pela **Estratégia Nacional** e **16 Planos** que traçam caminhos para a adaptação em setores e temas estratégicos ao Brasil. Cada plano traz a síntese dos principais impactos e riscos, os objetivos, as metas e as ações com a identificação das fontes de financiamento, além de apresentar as responsabilidades e recomendações para a sua implementação.

Estados e municípios são convidados a se engajarem nesta agenda crucial ao País, desenvolvendo planos regionais e locais com a participação da sociedade civil, do setor privado e da academia, alinhados à Estratégia Nacional. Temos o desafio de incorporar a adaptação a um extenso conjunto de políticas e programas, tanto dos órgãos federais quanto estaduais e municipais.

O fortalecimento do Federalismo Climático de forma multinível, multissetorial e participativa é chave para implementar a política nacional de adaptação à mudança do clima.

## Planos Setoriais e Temáticos

O Plano Clima Adaptação é o resultado de um amplo diálogo entre governo e sociedade. Não se trata apenas de uma estratégia de caráter ambiental, mas de desenvolvimento sustentável e de promoção da Justiça Climática, que inclui o crescimento econômico e social do país e prioriza a redução das vulnerabilidades das populações mais afetadas pelos impactos climáticos.



O Plano Clima Adaptação considera a melhor ciência disponível e os saberes tradicionais.



## Agricultura e pecuária

8 metas, 18 ações, entre elas:

- ✓ Estimular a adoção e a manutenção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis, considerando a Abordagem Integrada da Paisagem na propriedade rural.
- ✓ Apoiar os(as) produtores(as) rurais no cumprimento das legislações ambientais, com destaque para a recuperação da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente e na Reserva Legal.

## Agricultura familiar

87 metas, 96 ações, entre elas:



- ✓ Garantir acesso à terra para famílias da reforma agrária, priorizando mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos vulneráveis, com práticas produtivas sustentáveis e agroecológicas.
- ✓ Apoiar a recuperação ambiental e produtiva com financiamento de Sistemas Agroflorestais e manejo sustentável do solo, beneficiando comunidades vulneráveis e promovendo a conservação ambiental.

## Biodiversidade

6 metas, 31 ações, entre elas:



- ✓ Promover a restauração de áreas importantes para a conectividade e áreas potenciais para refúgios climáticos, incluindo planos de recuperação para tais áreas.
- ✓ Estabelecer Planos de Manejo Integrado do Fogo nas áreas de atuação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

## Cidades

8 metas e 61 ações específicas organizadas em 19 ações estratégicas, entre elas:



- ✓ Atualizar os normativos estratégicos para incorporar medidas de adaptação à mudança do clima, garantindo a participação social e considerando a diversidade territorial e os cenários climáticos.
- ✓ Prover infraestrutura adequada às áreas de favelas e comunidades urbanas como forma de adaptação aos possíveis impactos da mudança do clima, garantindo o protagonismo social em todo o processo.



## Energia

16 metas, 38 ações, entre elas:

- ✓ Elaborar estudos para identificação de potenciais reservatórios de regularização que possuam benefícios para a segurança hídrica e para o atendimento aos usos múltiplos da água, inclusive para o setor elétrico, priorizando novos reservatórios para estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental.
- ✓ Estabelecer índices mínimos de eficiência energética para máquinas, equipamentos e edificações consumidoras de energia.

**A política climática  
brasileira é multinível,  
multissetorial,  
participativa e  
inclusiva.**

## Igualdade racial e combate ao racismo

7 metas, 23 ações, entre elas:



- ✓ Desenvolver uma plataforma web de visualização de dados de ODS Racial, até 2026, com o enfoque na questão racial disposta na Agenda 2030 dos ODS.
- ✓ Elaborar planos locais de etnodeenvolvimento e planos locais de gestão territorial e ambiental, baseados na relação das comunidades com seus territórios, tendo em vista os modos de vida comunitários e o uso sustentável dos bens naturais.

## Oceano e zona costeira

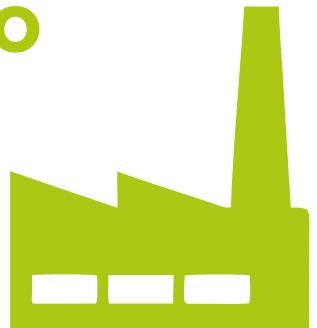
20 metas, 23 ações, entre elas:



- ✓ Criar e ampliar Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas e reconhecer mosaicos de áreas protegidas, garantindo 30% de extensão de Áreas Marinhas Protegidas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) até 2030.
- ✓ Analisar a vulnerabilidade dos municípios costeiros à erosão, inundação, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos, levando em consideração as bacias hidrográficas, publicando a lista daqueles mais vulneráveis até 2026.

## Indústria e mineração

7 metas, 23 ações, entre elas:



- ✓ Realizar estudos e análises sobre os impactos, riscos e as vulnerabilidades climáticas de cada subsetor industrial sob a perspectiva territorial, incluindo o risco sobre as comunidades do entorno.
- ✓ Fomentar e promover incentivos fiscais e financeiros para a produção e adoção de bens de capital que aumentem a resiliência da indústria nacional, incluindo estratégias conjuntas de adaptação entre o setor público e privado.

A promoção do desenvolvimento sustentável visa à redução de desigualdades, a equidade e a transição justa.

## Povos e comunidades tradicionais

9 metas, 40 ações, entre elas:



- ✓ Estruturar mecanismos de auxílio emergencial e instrumentos de proteção social para comunidades que tiveram seus meios tradicionais de existência comprometidos por eventos climáticos extremos, incluindo cestas básicas, auxílio financeiro e atenção primária à saúde.
- ✓ Realizar a regularização fundiária de 2.000 novos territórios e maretórios de povos e comunidades tradicionais.

## Povos indígenas

17 metas, 67 ações, entre elas:



- ✓ Emitir 21 portarias declaratórias de Terras Indígenas, sob responsabilidade da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- ✓ Implementar protocolo integrado de respostas para emergências climáticas, considerando as especificidades locais, a fim de garantir o fortalecimento da capacidade de adaptação das atividades econômicas, culturais, comunitárias e espirituais dos povos indígenas.

## Recursos hídricos

6 metas, 43 ações, entre elas:



- ✓ Avaliar os processos de outorga, alocação negociada de água e outros mecanismos a partir de cenários de mudança do clima, estabelecendo medidas para prioridades e restrições aos grandes volumes outorgados nas bacias críticas.
- ✓ Recuperar Áreas de Preservação Permanente e áreas úmidas e promover a conservação dos solos das áreas adjacentes considerando áreas prioritárias para proteção de mananciais utilizados para o abastecimento público e área de recarga de aquífero.

## Redução e gestão de riscos e de desastres

10 metas, 89 ações, entre elas:



- ✓ Elaborar e atualizar protocolos conjuntos de monitoramento e envio de alertas, por tipologia ou grupo de riscos, de modo a unificar esses procedimentos, promovendo o alcance a toda a população em risco, considerando as mais vulneráveis.
- ✓ Elaborar protocolo que envolva as instituições do Sistema Federal sobre a comunicação de situações de muito alto risco de desastres.

## Saúde

27 metas, 93 ações, entre elas:

- ✓ Assegurar a resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS) frente aos eventos climáticos extremos até 2031 em 100% dos territórios mais vulneráveis à mudança do clima.
- ✓ Aprimorar a capacidade e promover treinamentos em comunicação de risco sobre os impactos da mudança do clima em 100% das secretarias de saúde e Distritos Sanitários Especiais Indígenas dos estados e municípios prioritários para emergência climática até 2035.



**A justiça climática considera as dimensões de gênero, raça, etnia, idade, classe social, origem geográfica e demais fatores que influenciam a vulnerabilidade.**

## Segurança alimentar e nutricional



34 metas, 60 ações, entre elas:

- ✓ Apoiar municípios prioritários na elaboração de ações de segurança alimentar e nutricional a serem incluídas nos planos de ação de adaptação climática locais.
- ✓ Aprimorar os mecanismos de concessão e entrega de benefícios eventuais nos municípios às populações afetadas por situação de calamidades públicas e emergências.

O monitoramento com foco na gestão adaptativa permitirá acompanhar a evolução do cenário climático, ajustar políticas e garantir ações eficazes de adaptação.

## Transportes

33 metas, 58 ações, entre elas:



- ✓ Promover e coordenar ações para reativar ou manter serviços aéreos para localidades prejudicadas por eventos climáticos severos, com participação social na gestão da crise por grupos vulnerabilizados locais.
- ✓ Prover os recursos financeiros necessários e garantir a disponibilidade de um corpo técnico capacitado para a implementação das medidas de adaptação nas áreas de risco.



## Turismo

17 metas, 47 ações, entre elas:

- ✓ Elaborar protocolo de resposta a crises para ampliar os planos de contingência, com ações específicas ao setor de turismo, na proteção e remoção de profissionais e turistas, em desastres causados por eventos climáticos extremos.
- ✓ Implementar programa nacional para financiamento de infraestruturas resilientes, focado na Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), em regiões turísticas vulneráveis a eventos climáticos extremos.



Acesse a página do Plano Clima Adaptação:



On behalf of:



of the Federal Republic of Germany



Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA

